

Minas Gerais. Pelo segundo dia, servidores do Estado reclamaram que segunda parcela não caiu na conta

Atraso de salários persiste

Governo admitiu problema e culpou fluxo de caixa e queda de repasses

ANA LUIZA FARIA

A segunda parcela do salário dos servidores públicos estaduais deveria ter sido paga na última quarta-feira, de acordo com o calendário publicado pelo governo de Minas, mas até o fechamento dessa edição a situação não havia sido resolvida. O atraso gerou protestos de servidores e uma reunião de emergência do governador com outros representantes de Poderes no Estado para discutir a situação causada, segundo o governo, por problemas de "fluxo de caixa".

Em nota, a Secretaria de Fazenda informou que 87% dos servidores receberam as duas parcelas no prazo. "Os outros 13% ainda não tiveram os respectivos valores depositados em conta por uma questão de fluxo de caixa e diminuição dos repasses do governo federal a Minas Gerais". Apesar disso, a pasta não informou quando o débito será quitado.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas (Sindifisco-MG), Lindolfo Fernandes de Castro, o governo não repassou nenhuma informação sobre o pagamento. "Esse é um governo que não dialoga com os sindicatos, contrariando o que disse na campanha, que iria ouvir para governar. Tudo que ficamos sabendo é por meio da imprensa", diz. Lindolfo afirmou que a orientação do sindicato para os servidores é continuar a paralisação até a parcela ser depositada.

Por outro lado, de acor-



Crise. Governador reuniu-se com outras autoridades para discutir uma solução para o problema

do com um deputado petista que preferiu não ser identificado, o subsecretário de questões parlamentares, Luís Gustavo Riani, garantiu que o valor já teria sido pago no decorrer do dia de ontem.

A reportagem também obteve relatos que apontam que, ao longo do dia, todos os servidores da Polícia Militar e alguns da Polícia Civil já haviam recebido a segunda parcela.

ARGUMENTAÇÃO. O governador Fernando Pimentel (PT) manifestou-se por meio de sua página no Facebook e disse que "trata, em meio a tantos desafios, como uma prioridade a manutenção do pagamento dos servidores de Minas Gerais dentro do mês subsequente ao expediente".

Pimentel confirmou que, para discutir o assunto, reuniu-se ontem com o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes (PMDB), com o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Herbert Carneiro, com o procurador geral de Justiça de Minas

Gerais, Antônio Sérgio Tonet, com o subsecretário do Tesouro Estadual, Paulo Duarte, e com o secretário de Estado de Governo, Odair Cunha (PT). Por conta do encontro emergencial, Pimentel deixou de ir ao Fórum Regional realizado em Betim.

"Discutimos alternativas com o intuito de realizar o mais rápido possível os depósitos pendentes. Farei toda a mobilização necessária para solucionar essa questão", garantiu Pimentel.

Em nota enviada pelo governo, o procurador geral de Justiça do Estado, Antônio Sérgio Tonet, destacou o trabalho feito pelo governo para recuperar a arrecadação estadual. "A expectativa do governo é que a arrecadação vai melhorar em razão do Refis. Agosto foi um mês atípico, foi a pior arrecadação do Estado deste ano, e a expectativa é que no mês de setembro, outubro e novembro, com o Refis, a situação tende a se regularizar ou ficar não tão grave como está hoje do ponto de vista financeiro", diz Tonet, que, em entrevistas, chegou a dizer que o pagamento seria feito hoje.

Explicações

"Por uma questão de fluxo de caixa e diminuição dos repasses do governo federal a Minas, não foi possível efetuar ontem (quarta) o pagamento da segunda parcela dos salários. (...) Farei toda a mobilização necessária para solucionar essa questão."

Fernando Pimentel
GOVERNADOR DE MINAS



Wadson Ribeiro representou Pimentel no Fórum Regional em Betim

Serviços

Em Fórum Regional, secretário diz que 'governo funciona'

Toda a estrutura do governo do Estado foi simbolicamente transferida ontem para a cidade de Betim, na região metropolitana de Belo Horizonte, que, pela primeira vez, foi sede do Fórum Regional, um dos pilares da gestão de Fernando Pimentel (PT). Destinado a apoiar 79 municípios que formam o Território Metropolitano, o evento reuniu em uma escola representantes de 40 órgãos, que atenderam prefeitos e população durante todo o dia.

Representando o governador, o secretário Extraordinário de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais, Wadson Ribeiro, destacou que o fórum regional, que percorre 17 territórios, é uma das formas do governo de enfrentar a crise econômica. "Ao contrário de Estados vizinhos, o governo funciona, tem polícia nas ruas, professor nas escolas,

a sociedade funcionando em harmonia", afirmou.

Foram mais de 150 ações, de todas as áreas, direcionadas a gestores municipais, empreendedores, agricultores familiares e cidadãos comuns. As milhares de pessoas que passaram pelo local puderam emitir carteira de identidade, atestado de antecedentes, fazer registro de ocorrências, consultar situação do veículo, multa, pontuação e solicitação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Também foram distribuídas lâmpadas de LED para quem apresentou a última conta de luz paga.

A caravana de serviços disponibilizou uma base móvel da Polícia Militar para denúncias e sugestões de policiamento. Uma feira foi montada para vender produtos orgânicos de pequenos agricultores da região. **(Angélica Diniz)**

Entregas

Benefícios. No encontro realizado em Betim, foram entregues a municípios do território: 94 ônibus para transporte escolar, 58 ambulâncias e 90 veículos para uso diverso. Além disso, o governo repassou R\$ 18,4 milhões para Samus e destinou 1.015 viaturas para a Polícia Militar, 144 para a Polícia Civil e 72 para o Corpo de Bombeiros Militar.

Betim. Quase 5.000 cidadãos mostram revolta com cobrança de suposta dívida por empreiteira da Lava Jato

Moradores lotam ruas para protestar contra Andrade

JOSÉ AUGUSTO ALVES

Quase 5.000 pessoas lotaram as principais ruas do centro de Betim, na manhã de ontem, para protestar contra a suposta dívida de R\$ 500 milhões que a empreiteira Andrade Gutierrez (AG) cobra do município. Esse montante é referente a obras que a construtora, investigada na operação Lava Jato por desvios de dinheiro público, alega ter realizado no município entre 1979 e 1982, mas que a prefeitura afirma que já foram pagas pela União, por meio do projeto Cura.

Munidos de faixas com dizeres "Não vamos pagar pela corrupção" e "Dinheiro é para a saúde e educação", os manifestantes reivindicaram a anulação da cobrança devido aos indícios de irregularidade que cercam a dívida.

O movimento Betim Não Pagará pela Corrupção é formado por associações comunitárias, sindicatos, estudantes e membros da sociedade civil. O ato, um dos maiores já realizados por movimentos populares na história de Betim, começou

na praça do Senai, debaixo do viaduto Jacintão, uma das obras que a AG alega ter feito na cidade.

Depois, os manifestantes seguiram em passeata até a Escola Estadual Amélia Santana Barbosa, onde foi realizado o Fórum Regional. No percurso, os manifestantes conversaram com comerciantes e moradores e entregaram um panfleto explicando o motivo do protesto.

Caso tenha mesmo que pagar essa dívida, a situação financeira de Betim, segundo a prefeitura, ficará se-

riamente comprometida, e serviços essenciais, como a saúde e a educação, serão drasticamente afetados.

O prefeito Vittorio Mediolli disse que a prefeitura está lutando contra a cobrança. "Esse gesto de vocês aqui é um gesto de honestidade, de consciência, para mostrar à Justiça que a cidade está unida contra o absurdo e a fraude que é essa dívida, criada na época do regime militar. A cidade não tem R\$ 500 milhões para pagar essa dívida. Vamos lutar até o fim contra essa cobrança", concluiu.



Protesto pressiona a Justiça a suspender o pagamento da dívida